



Palácio Presidencial
Elevações.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Arquivística

Revista do Arquivo Público Mineiro

177

Maria do Carmo
Andrade Gomes
Edilane Maria de
Almeida Carneiro
Thaís Velloso
Cougo Pimentel

Uma experiência interinstitucional

O Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Histórico Abílio Barreto desenvolvem projeto de microfilmagem e digitalização do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital que disponibilizará ao pesquisador acesso, via Internet, ao legado documental dos primórdios de Belo Horizonte.



1. Um projeto partilhado

Este artigo apresenta os resultados alcançados e algumas considerações decorrentes da implementação do projeto Digitalização do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, iniciativa que reuniu as três instituições públicas detentoras do legado documental da Comissão: Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e Museu Histórico Abílio Barreto.

O projeto – financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) / *Programa Especial Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico Cultural de Minas Gerais, 2001* – teve como objetivo maior a construção de um banco de dados que reunisse os conjuntos documentais dispersos pelas três instituições, com um único instrumento de pesquisa, a ser disponibilizado em meio eletrônico. A universalização do acesso aos documentos, via Internet, provou-se indissociável da perspectiva da preservação, o que levou a equipe técnica a optar pela reformatação dos originais em base híbrida, ou seja, utilizando os recursos associados de microfilmagem e digitalização. A descrição dos documentos exigiu a construção de uma norma padronizada comum, de forma a garantir a recuperação uniforme das informações, sem prejuízo das metodologias específicas de tratamento de cada uma das instituições envolvidas.

Buscou-se ainda estabelecer novas bases metodológicas de trabalho com acervos documentais partilhados entre diferentes entidades, fundos ou coleções, instrumentalizando os recursos tecnológicos hoje disponíveis para superar barreiras institucionais, funcionais ou conceituais. Motivação maior do projeto foi alargar as condições de consulta pública a um acervo riquíssimo, essencial para os estudos sobre Minas Gerais e sua capital, e fonte privilegiada para a história da arquitetura, da engenharia e do urbanismo, entre outros temas.

A trajetória de cada uma das instituições detentoras do acervo da Comissão, assim como a origem e forma particular de recolhimento de cada conjunto documental, são informações que ajudam no entendimento do alcance do projeto e na apreensão do conteúdo reunido e disponibilizado em meio eletrônico.

Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro (APM), instituição subordinada à Secretaria de Estado de Cultura, foi criado em julho de 1895, ainda na antiga capital de Minas, Ouro Preto. O acervo sob a sua guarda, recolhido ao longo de uma trajetória de mais de 100 anos, remonta ao início do século XVIII e é composto de documentos oriundos da administração colonial, do Império e da República e também de arquivos privados de personalidades públicas e instituições ligadas à história do Estado. Entre os grandes conjuntos documentais oriundos da administração republicana, encontra-se o acervo da antiga Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que reúne, em uma de suas divisões, parte dos registros produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital, subordinada ao governo estadual.

Criada em 1891, essa Secretaria ficou encarregada inicialmente das questões relacionadas a agricultura, comércio, obras públicas, minas, terras, colonização, imigração, catequese dos índios, correios e telégrafos, e ainda estatística e recenseamento da população. Reunindo em sua maioria cópias e registros de correspondências, o conjunto de documentos textuais da Comissão Construtora que integra esse fundo recebeu o mesmo tratamento dispensado aos grandes conjuntos documentais do APM, de ordenação cronológica e descrição sumária. Além dos documentos textuais reunidos na Secretaria de Agricultura, o Arquivo Público Mineiro recolheu, provavelmente em situações distintas, registros fotográficos e cartográficos provenientes das atividades da Comissão Construtora.

Museu Histórico Abílio Barreto

Criado em 1941, como Museu Histórico de Belo Horizonte, o Museu Histórico Abílio Barreto reuniu um acervo de objetos ligados às origens da cidade. Parte desse núcleo original era constituído por documentos originários da Comissão Construtora. Os motivos da presença desse importante acervo nas coleções do MHAB serão objeto de maior atenção em outro momento deste texto. Por ora, importa frisar o fato de que, no Museu, esse conjunto de documentos sempre teve importância destacada, embora não constituísse uma coleção, mas estivesse organizado segundo a estrutura implantada pelo fundador, o historiador, jornalista e escritor Abílio Velho Barreto.

A partir de 1993, com a abertura do chamado “processo de revitalização”, que reestruturou os processos técnicos e administrativos adotados pela instituição, os objetos da Comissão Construtora receberam cuidadosa atenção museológica, mas continuaram distribuídos entre os vários universos nos quais se encontrava dividido o acervo: Acervo de Objetos, Acervo Fotográfico, Acervo Textual e Iconográfico. No caso dos Acervos Fotográfico, Textual e Iconográfico, a documentação está reunida em coleções denominadas *Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital* e *Comissão Construtora da Nova Capital*.

Esta última reúne mais de mil documentos, distribuídos entre os acervos que, no Museu, conforme as regras adotadas internacionalmente, embora sejam considerados objetos museológicos, recebem tratamento técnico arquivístico: Acervo Textual e Acervo Iconográfico. No caso do Acervo de Objetos, entretanto, os objetos/documentos estão distribuídos entre as coleções formadas a partir de 1993, com base nas indicações de publicação especializada amplamente adotada pelas instituições museais brasileiras.¹

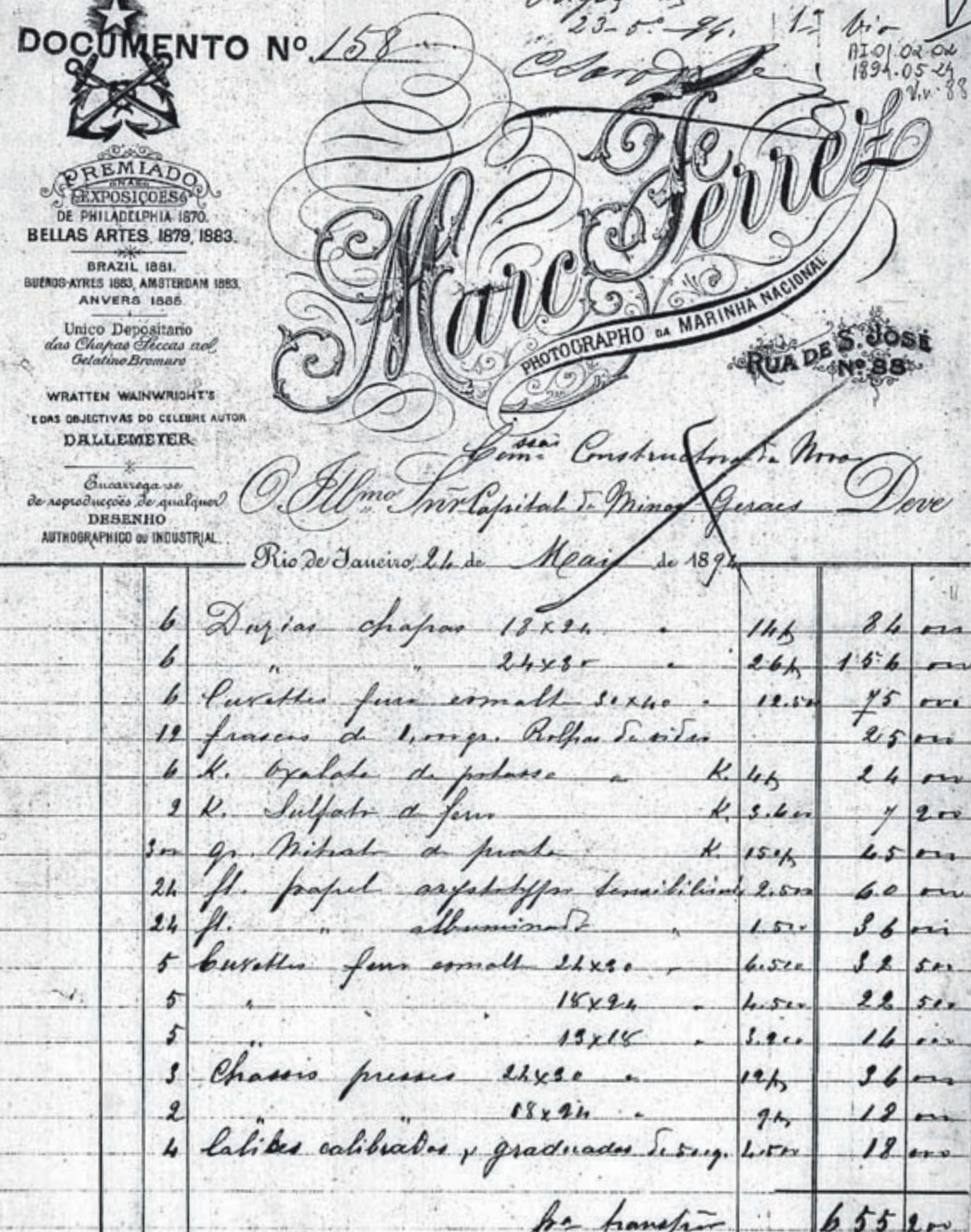
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Criado em 1991, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi encarregado de promover a política de arquivo no âmbito da administração municipal, a preservação e a divulgação do patrimônio documental da cidade. Nesses poucos mais de 15 anos de existência, o APCBH identificou e recolheu os acervos documentais de valor permanente, acumulados nos diversos órgãos municipais, e tem promovido gradativamente seu arranjo, descrição, preservação e divulgação.

Nesse vasto e diversificado acervo, o conjunto dos registros produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital pode ser considerado como a documentação instituinte do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, por corresponder e revelar as atividades inaugurais de concepção, construção e organização da cidade e do município. O recolhimento da maior parte dessa documentação ocorreu entre 1992 e 1993, oriundo das Secretarias de Planejamento e Administração, e desde então diversos projetos e atividades do APCBH têm se voltado para a sua organização, conservação e difusão. Coerente com a importância do acervo para a instituição, a equipe técnica dedicou-se à descrição dos documentos e à produção de um inventário analítico, disponibilizado em 1999.

2. Os caminhos da documentação da Comissão Construtora da Nova Capital

O ambicioso programa de construção da ordem republicana e afirmação da identidade do novo Estado federado que se seguiu à proclamação da República teve, em Minas Gerais, sua realização mais grandiosa e bem-sucedida na mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Projeto das elites mineiras para o reordenamento político e espacial do Estado, a construção da nova capital foi propiciada pela



Faturas de compras de material e serviços fotográficos, Rio de Janeiro, 1894. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – AI.01.02.02-088.

emergência de um novo olhar, um olhar técnico e científico sobre a paisagem, o território e a população, materializado no trabalho empreendido pela chamada Comissão Construtora da Nova Capital de Minas.

Criada por decreto estadual em fevereiro de 1894² e liderada pelo engenheiro politécnico Aarão Reis, depois substituído por Francisco Bicalho, a Comissão reuniu uma elite técnica com forte autonomia administrativa para conduzir o projeto, que abarcou toda ordem de atividades, desde a concepção intelectual do plano urbano aos serviços e obras de sua implementação.

Documentação

A documentação produzida pela Comissão Construtora da Nova Capital é fonte fundamental e imprescindível para o conhecimento histórico sobre a capital de Minas Gerais e ainda hoje cumpre função probatória para alguns serviços municipais, notadamente de natureza fundiária e imobiliária. Em cinco anos de existência e febril atividade, a CCNC produziu, além de diversas publicações, um vasto material manuscrito e iconográfico (mapas, plantas, fotos), gerado a partir das atividades técnicas, das rotinas administrativas e dos investimentos em propaganda do empreendimento,³ produto das relações de poder e saber tecidas entre os seus principais protagonistas, como políticos, engenheiros, médicos, sanitaristas, comerciantes, funcionários públicos e antigos moradores do arraial do Curral del Rei.

Em outubro de 1894, foram promulgadas as *Instruções Regulamentares*⁴ para o funcionamento da Comissão, as quais revelavam especial cuidado nos procedimentos relativos à produção, trâmite e arquivamento de seus documentos, denotando forte vigilância processual e preocupação com a construção de uma memória técnica e administrativa de todo o empreendimento. Com um olhar atento às funções administrativas, contábeis e

técnicas da Comissão Construtora e seus processos de arquivamento, podemos distinguir alguns conjuntos funcionais que, em sua futura trajetória, originaram acervos distintos e conduziram a sua dispersão (cf. tabela ao final do texto).

Além do arquivo geral subordinado à Secretaria, todas as demais divisões técnicas teriam um arquivo com a correspondência oficial, relatórios, registro de pessoal, folhas de pagamento e ponto e outros documentos administrativos. Na Terceira Divisão organizou-se um arquivo técnico, para o qual era recolhida toda a documentação técnica. Havia a instrução de se tirarem três cópias de cada documento, sendo que duas seriam remetidas à Secretaria e outra “imediatamente recolhida ao arquivo técnico”. Maior cuidado revestia os desenhos técnicos, que, antes de serem aquarelados, deveriam ser remetidos ao Gabinete Fotográfico para serem reproduzidos heliograficamente, em quantidade suficiente para elaboração de orçamentos e detalhes.

Como mostraram Parrela e Lopasso, havia uma clara preocupação com a preservação dos registros das atividades e de sua organização:

A legislação que organizava a CCNC estabelecia que “o arquivo será organizado em coleções correspondentes às diversas divisões por que se acham distribuídos os serviços da Comissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada a guarda dos documentos” (MINAS GERAIS, 1895). Pretendia-se manter a ordem da produção dos documentos dentro do Arquivo e preservar a estrutura da Comissão como testemunho de seus trabalhos.⁵

Divisão de poderes e dispersão da documentação

A capital Belo Horizonte foi instalada em 12 de dezembro de 1897. Com a inauguração da cidade,

a Comissão Construtora foi extinta e suas funções, divididas e absorvidas pelas instâncias administrativas estadual e municipal, dando início ao processo de dispersão da documentação.

O começo da nova capital foi marcado pela subordinação administrativa e política ao Estado e por forte crise econômica, implicando cortes orçamentários e paralisação de obras, colocando em suspenso parte significativa dos trabalhos. É importante ressaltar ainda que a nova capital e sua Comissão Construtora surgiram de uma decisão política do governo mineiro no contexto de uma conjuntura especial. Assim, uma outra conjuntura política não permitiria que a CCNC se tornasse órgão técnico permanente. Nas palavras de Aguiar:

Os quadros da CCNC foram paulatinamente reduzidos até a instalação dos poderes do Estado na Cidade de Minas, em 12 de dezembro de 1897, e a extinção da CCNC, em 3 de janeiro de 1898. Mesmo com a subsequente incorporação de número significativo de técnicos e funcionários oriundos da CCNC no quadro da prefeitura da Cidade de Minas e nas repartições da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, vemos que o Estado mineiro, que dispunha de uma estrutura permanente de projetos e obras de engenharia muito incipiente, abriu mão da possibilidade de transformar a CCNC no núcleo de uma organização técnica mais sofisticada ou de, tornando-a perene, assegurar a implantação da nova cidade nos termos propostos no plano de Aarão Reis.⁶

Ao Estado couberam as funções deliberativas relativas à administração da nova capital, e as executivas passaram a ser incumbência do prefeito, de livre nomeação do presidente do Estado. As obras inacabadas da Comissão Construtora e do ramal férreo passaram para o âmbito da Secretaria de Agricultura, enquanto os chamados

serviços de infra-estrutura urbana, como abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário e iluminação, seriam encargo da Prefeitura. Exonerada em sua maior parte, a equipe da Comissão dispersou-se: alguns de seus funcionários se transferiram para a Secretaria de Agricultura, outros para a Prefeitura.

Uma divisão importante dos trabalhos entre as duas instâncias deu-se em relação ao controle sobre a venda de lotes urbanos (a cargo da Prefeitura) e suburbanos (a cargo da Secretaria de Agricultura). Fonte de receita e de controle do espaço urbano pelo poder público, os processos relativos às transações imobiliárias – assentadas de um lado sobre a desapropriação dos antigos proprietários do arraial do Curral del Rei e de outro na venda dos novos lotes urbanos e suburbanos a funcionários públicos e particulares – ensejavam toda uma ordem de interesses e conflitos.⁷

Essa atividade gerou uma documentação cartográfica de grande valor jurídico e probatório, preservada em uma série de mapas e plantas em diferentes escalas.

Embora a subordinação do poder municipal e o envolvimento direto do governo estadual com a construção da nova capital tenham se mantido por décadas, podemos afirmar que a maior parte das funções exercidas pela Comissão Construtora passaram para os órgãos municipais que, conseqüentemente, absorveram o legado documental então produzido e sobre ele construíram novos usos e significados.

Em 1900, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro informava sobre o recebimento da biblioteca da Sociedade Literária Belo Horizonte, fundada pela Comissão Construtora e mantida autonomamente entre 1895 e 1900, quando foi oferecida à Prefeitura.⁸ Ao acervo original de 4.000 volumes doados pelos membros da Comissão seria reunido, ao longo de décadas, outros acervos bibliográficos, constituindo a Biblioteca Pública

Municipal, mantida até o ano de 1962, quando foi extinta. Na organização da Prefeitura, tanto a biblioteca como um *arquivo geral* – presumivelmente o depósito da maior parte dos documentos da CCNC – ficaram subordinados à Secretaria.

Descontinuidade administrativa

Ainda são poucos os dados reunidos pelas pesquisas que concorram para recompor a trajetória dos acervos legados pela Comissão, ao longo da história administrativa de Belo Horizonte. As fontes oficiais mencionam esparsamente seus remanejamentos e usos, como no ano de 1911, quando impôs-se uma organização do arquivo geral para atender a uma necessidade probatória dos antigos membros da Comissão Construtora, relativa à contagem de tempo de serviço estadual e municipal. As folhas de pagamento da CCNC foram então encadernadas “para facilitar a consulta” e para que “não se estragassem”.⁹

Com a mudança, os documentos foram classificados por assuntos (objetos), e esses assuntos foram resumidos em um índice alfabético geral. Para Parrela, essa reorganização conformou um arranjo da documentação que não teria sido presidido pela mesma organicidade com que a Comissão Construtora o concebeu originalmente:

É interessante notar que a proposta de organização da CCNC era arquivisticamente mais coerente: o setor mantinha a ordem dos documentos dada por seus produtores, e a própria organização do Arquivo deveria refletir a organização da Comissão, o que segue um princípio caro à arquivística, consolidado no século XX, ou seja, o respeito aos fundos ou às unidades de arquivamento. Por outro lado, essa nova proposta previu a organização por assunto, estabelecida pelo arquivista.¹⁰

Em relatório oficial, o prefeito Olinto Meirelles concluía que o arquivo recém-organizado, moldado pela ordem prática, achava-se pronto para “fornecer quaisquer informações que se lhe solicitem e [...] apto a preencher os seus fins”.¹¹ No entanto, esse discurso de eficiência não poderia se estender a outros serviços municipais que dependiam da documentação produzida pela Comissão Construtora. No mesmo período, estudos e obras relativas à canalização de águas e esgotos esbarravam na inexistência de um plano geral e no desaparecimento dos planos produzidos pela CCNC. O mesmo relatório informava sobre as dificuldades decorrentes do desaparecimento de documentos importantes da CCNC, como a planta das redes de distribuição de água, tendo sido

infrutífera toda a pesquisa feita no arquivo da Prefeitura para encontrar-se o plano que a Comissão Construtora devia ter organizado, não se sabendo o paradeiro desse trabalho básico para uma boa distribuição, sendo certo que ele foi executado.¹²

Em um outro campo importante das políticas urbanas, a descontinuidade e a fragmentação da documentação fundante da cidade se faziam sentir. Em 1924 o diretor de Obras da Prefeitura relatava a dificuldade de se empreender o cadastro urbano por ser a administração municipal “absolutamente desprovida de plantas rigorosas, a não ser relativa a uma sexta parte da área total da cidade, que constitui a zona urbana”.¹³ É quase certo que o funcionário estivesse se referindo às plantas da Comissão Construtora. Mais de 20 anos depois de inaugurada a cidade, a referência de exatidão e excelência da documentação técnica sobre o seu plano urbano continuava sendo a CCNC. No mesmo documento, o diretor informava que a Seção de Cadastro não possuía plantas em grande escala, ou de colônias e áreas parciais, que eram tomadas de empréstimo e copiadas daquelas existentes na Seção de Tombamento,

que mesmo assim só possuía “cópias em papel tela e raras vezes os originais das plantas parciais”.¹⁴ Somente em 1936 surge nos relatórios oficiais outra menção significativa aos documentos da CCNC. À frente desse processo estava o jornalista e historiador Abílio Barreto, convidado pelo governo municipal para organizar o Arquivo Geral da Prefeitura. Comentando sobre a mudança do arquivo para um novo espaço e sua reorganização, dizia o prefeito:

Na pesquisa dos livros e papéis acumulados, separou-se o precioso Arquivo da Comissão Construtora, parte do qual, entretanto, se encontra no Arquivo Público Mineiro, com prejuízo da integridade documental da história administrativa urbana.¹⁵

No ano seguinte, a mesma fonte oficial informava sobre a reunião do arquivo da Comissão Construtora, com a transferência de documentos que se encontravam em órgãos do Estado:

Os documentos da Comissão Construtora da Nova Capital, por uma anomalia inexplicável, achavam-se divididos em 3 partes, das quais uma se achava na Prefeitura, uma na Secretaria de Interior e outra na da Agricultura. A que se achava nesta foi espontaneamente entregue ao nosso Arquivo pelo Sr. Raul Noronha Sá, então Secretário da Viação. Graças a intervenção de V. Ex., foi também devolvida a parte que se achava no Arquivo Público, ficando assim integrado de posse desta repartição todo o documentário referente à construção da Nova Capital de Minas Gerais.¹⁶

Pelo teor oficial dessa fonte, parece não restar dúvida de que essa transferência tenha ocorrido, embora também seja fato que no Arquivo Público Mineiro permaneceram os documentos oriundos das atividades da Secretaria de Agricultura. Presume-se que essa documentação, pelo

fato de não ter se originado das atividades da Comissão, mas da Secretaria de Agricultura, seu natural recolhedor, seria mesmo o Arquivo Público Mineiro.

O museu e o arquivo: dois modos, dois momentos

No desenvolvimento desse trabalho, Abílio Barreto transitou entre o olhar de historiador/arquivista, com que se formara e realizara a monumental obra publicada em 1936, para o de museólogo, ao defrontar-se com uma série de objetos antigos, preservados pelas administrações municipais e “que despertaram, de imediato, seu aguçado espírito de colecionador”.¹⁷ Abandonando em parte sua postura inicial de defesa da integralidade do arquivo da CCNC, Abílio Barreto dedicou-se então à criação de um museu histórico para a cidade, cujo acervo nuclear reuniria, entre outros objetos relativos ao antigo arraial do Curral del Rei e à cidade, “os objetos procedentes da Comissão Construtora”.¹⁸

Mas no recorte temporal e temático estabelecido por Barreto para a constituição desse acervo, os documentos da Comissão Construtora não constituíram uma coleção à parte, mas compunham a chamada primeira seção, dedicada a uma diversidade de registros relativos ao período do arraial do Curral del Rei até a inauguração da capital.¹⁹ É certo que Barreto, tendo em mãos o acervo da Comissão recém-reunido no Arquivo Geral da Prefeitura, procedeu a uma seleção pessoal do que, a seu juízo, seria relevante para constituir o elenco de relíquias com os quais se fundaria o Museu Histórico de Belo Horizonte.²⁰

Na busca por objetos da Comissão Construtora espalhados pelas repartições públicas municipais, Barreto serviu-se do mesmo crivo monumentalizante com que dividiu o acervo textual.²¹ Em 1943 foram doadas ao Museu as telas dos pintores Honório Esteves e Émille Rouède, que produziram imagens do antigo arraial do Curral del Rei, representativas da paisagem

colonial em desaparecimento, segundo contrato firmado com a Comissão Construtora em 1894. As telas encontravam-se em órgãos da Prefeitura. Barreto reuniu essas obras de arte de inequívoco apelo simbólico a instrumentos de uso cotidiano, como máquina de escrever, ou técnico, como um barômetro e luneta.

O acervo fotográfico reunido no Museu Histórico de Belo Horizonte era composto da maior parte das fotos produzidas pelo Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora, emolduradas em cartão com título, para serem distribuídas ou vendidas, como peças de propaganda do empreendimento. Além de retratos de autoridade ou grupo de autoridades, suas residências e vistas do arraial e das obras da Comissão, também eram fotografadas as plantas e os projetos arquitetônicos. Parrela informa sobre os passos seguintes da administração municipal, que aprofundaram o processo de divisão dos acervos da CCNC:

Na gestão de Juscelino Kubitschek, no período 1940-1945, a Prefeitura criou o Museu Histórico. Simultaneamente o Arquivo foi perdendo o reconhecimento de seu papel de “guardião da memória”, realçado em outras gestões. [...] em 1943, parte do acervo do Arquivo foi transferida para o Museu, especialmente as belas pranchas dos arquitetos da CCNC. Aos poucos, o Arquivo passou a ser conhecido como o “Arquivo Geral da Prefeitura”, aproximando-se cada vez mais das funções de protocolo e de expedição, embora continuasse a ser uma seção na estrutura organizacional.²²

Acima de tudo, vale ressaltar que a divisão dos acervos e as escolhas feitas com a criação do Museu, em 1943, reintroduziram a dimensão simbólica e o caráter de representação do acervo documental da Comissão Construtora, ainda que sob uma nova ótica: enquanto ao tempo da Comissão a excelência, a ordem

e a eficácia dos procedimentos técnicos ditavam a construção de uma memória para o futuro, tratava-se agora de salvaguardar os testemunhos de uma cidade cinquentenária que se distanciava de seu passado.

A partir dos anos 1940, essa ordem de divisão dos documentos se manteria por muito tempo, dividida *grosso modo* entre os testemunhos de representação preservados no Museu Histórico, os documentos de valor de uso e probatórios espalhados por diferentes seções da Prefeitura e os registros das atividades da Secretaria de Agricultura e do governo do Estado, no Arquivo Público Mineiro. Tal ordem só seria novamente rompida nos anos 1990, com a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o estabelecimento de uma política municipal de arquivos, mais afinada com os preceitos técnicos e conceituais da arquivística. Feitos os primeiros recolhimentos das grandes massas documentais acumuladas na Prefeitura, ainda hoje o APCBH recolhe pontualmente documentos da CCNC dispersos pelas instituições municipais e mesmo em outras instituições públicas.

Isso porque, ao longo do tempo, uma outra rede de usos e apropriações, mais rarefeita, carrou tipologias documentais da CCNC para outras instâncias públicas, como é o caso dos projetos relativos ao abastecimento de água e esgotos, depositados na Copasa,²³ ou de projetos de estações ferroviárias, parte do patrimônio documental da antiga Rede Ferroviária Federal. Ainda mais dispersas foram as apropriações do vasto material impresso, como as revistas, as plantas, as fotografias e os álbuns, produzido pela CCNC em larga escala²⁴ para instrumentos de convencimento e propaganda do empreendimento, hoje existentes em diferentes bibliotecas e mapotecas do país.

Como vimos, a trajetória da documentação da Comissão Construtora foi produto de um longo processo de apropriação diferenciada das informações e das representações contidas nos seus registros. Na origem

do espectro de usos que, ao longo do tempo, promoveu o deslocamento físico e o deslizamento de usos e significados dos documentos da Comissão, está a sua própria excepcionalidade enquanto órgão público.

A Comissão Construtora, pela natureza dos compromissos políticos e operacionais que a sustentou e que ela enfrentou, foi um órgão com grande autonomia técnica e funcional. Sua organização e produção documental era complexa e sofisticada e seus objetivos, os mais ambiciosos possíveis, avançando sobre os limites burocráticos do recém-inaugurado Estado de Minas Gerais. A consciência do desafio e do caráter excepcional do empreendimento a cargo da CCNC, admitido desde o início dos trabalhos pelos próprios membros da Comissão, resultou na preocupação com a constituição de uma vasta e rica produção documental e de uma memória monumentalizante. Sua extinção levou à conformação dos trabalhos nos limites de uma administração pública sempre carente de recursos, na qual os registros documentais foram gradativamente absorvidos pelas rotinas dos serviços, preservados uns pelo valor probatório, outros pela evocação da memória.

3. Desafios conceituais, institucionais e técnicos

Não obstante os distintos processos de formação e tratamento dos acervos da Comissão Construtora, as três instituições envolvidas, em sua proposta de reunir toda a documentação em meio digital, tiveram como base para o desenvolvimento do projeto as mesmas premissas, quais sejam: preservação a longo prazo, conjugação das ações de preservação e acesso digital e possibilidade de reprodução e desenvolvimento de uma ferramenta capaz de aliar imagem, conteúdo e acesso local e remoto.

O objetivo de garantir uma preservação com qualidade arquivística foi determinante na escolha do sistema híbrido de preservação, associando microfilmagem e

tecnologia digital. A adoção desse procedimento trouxe alterações substanciais no processo de microfilmagem desenvolvido até então pelo Arquivo Público Mineiro, incumbido de microfilmar e digitalizar o conjunto do acervo. As alterações, sobretudo no controle de qualidade do microfilme produzido (densidade, luminosidade, utilização de sinaléticas e outros), foram executadas com o objetivo de conseguir uma imagem digital de maior qualidade possível e facilitar o processo de digitalização.

Também a definição do padrão de digitalização dos microfilmes exigiu vários estudos e pesquisas, uma vez que a literatura técnica disponível ainda era insuficiente. A digitalização multitonal, gerando imagens digitais com gradações de cinza, foi o recurso utilizado no esforço de produzir uma imagem com o mínimo de perda de informação e de permitir a utilização de técnicas de melhoramento digital de imagens (acentuação de cor, brilho, contraste etc.).

Tecnologia digital

A utilização da tecnologia digital impôs também às instituições envolvidas o desafio de padronização das descrições dos documentos, posto que, no sistema de informação pretendido, a forma de pesquisa estaria, necessariamente, relacionando a qualidade da recuperação da informação à adoção de procedimentos padronizados para descrição e indexação. É importante reafirmar que o acervo, embora produzido e acumulado nas funções e atividades da Comissão Construtora da Nova Capital, uma vez disperso, teve contextos distintos de recolhimento e de tratamento técnico, o que significou a produção de diferentes padrões de descrição dos documentos.

Este talvez tenha sido o desafio que mais limites impôs aos resultados do projeto, considerando-se que os processos de indexação e elaboração de vocabulário controlado, recursos capazes de tornar a recuperação

da informação mais rápida e eficiente, não tinham lugar destacado entre os procedimentos técnicos das instituições e que as discussões sobre padronização da informação arquivística ainda começavam a ganhar lugar.

Um outro desafio operacional para cada uma das instituições diz respeito à preservação desse novo acervo gerado em base digital. A voracidade do desenvolvimento tecnológico e a fragilidade dos meios de armazenamento digital são hoje os grandes desafios da preservação. A partir dessa e de outras experiências de digitalização, todas as questões envolvendo a preservação digital – como as características das cópias de preservação digital, os metadados de preservação, a escolha da mídia para armazenamento, o local de guarda (controle de temperatura, umidade etc.), o manuseio, migração, entre outras – passaram a ser discutidas. A questão da sobrevivência dos registros digitais tende a ser um ponto central não só em cada projeto específico de digitalização, mas também no planejamento e nas estratégias de preservação das instituições.

4. Perspectivas do trabalho interinstitucional

Unidas pelo mesmo objetivo de criar uma base comum de preservação e acesso aos conjuntos documentais da Comissão Construtora, as instituições envolvidas tiveram pela frente o desafio de somar e ao mesmo tempo transpor suas particularidades técnicas, fazendo nascer uma forma diferenciada de disponibilizar esse acervo. Perdendo, em alguma medida, suas fronteiras institucionais e técnicas, o acervo em meio digital, reunindo imagem e informação, deverá, segundo os objetivos do projeto, propiciar ao pesquisador a recuperação da organicidade perdida, trazendo informações de um conjunto único composto de documentos textuais, fotográficos, cartográficos e de objetos.

Inovador em sua proposta de reunir e disponibilizar em meio eletrônico esses conjuntos documentais, o projeto

teve também como marca de inovação a iniciativa de compartilhamento de experiência e de responsabilidade técnica, o que possibilitou a cada uma das instituições começar a experimentar os resultados advindos do uso da tecnologia digital, com a transformação de conceitos, processos, metodologias e comportamentos referentes a preservação, acesso e tratamento da informação.

Os caminhos da produção, dispersão, fragmentação e reunião dos registros documentais da CCNC delineiam um processo que guarda sua lógica histórica, na qual os usos funcionais e as dimensões simbólicas dos documentos, apropriadas em momentos diferentes e por atores diferentes, terminaram por configurar a herança documental como ela se oferece hoje. Perscrutar os caminhos da documentação pressupôs desconstruir e reconstruir os contextos de sua produção, uso, deslizamento de sentido e resignificação.

A implementação do projeto do banco de dados marcou um momento de reunião dos registros da CCNC em um novo contexto, marcado de um lado pelas possibilidades abertas pelo uso da tecnologia digital e, de outro, pelo amadurecimento das relações interinstitucionais, seja entre esferas de poder diferentes – estadual e municipal –, seja entre instituições com perfis metodológicos distintos – arquivos e museus.

Disponibilizado na Internet, o acervo da Comissão Construtora ganhará em visibilidade e acessibilidade, permitindo aos pesquisadores o contato imediato e direto com os documentos, sem a mediação do espaço institucional e a consulta fragmentada pela sua dispersão. Avanço certo no campo da pesquisa, pelas potencialidades abertas no uso da documentação, um último desafio interinstitucional se coloca: manter e aprimorar o sistema *on-line*, o que significa adotar políticas próprias e comuns para preservação desse novo documento que já nasceu eletrônico, o banco de dados.

TABELA 1: Estrutura da CCNC e principais tipologias documentais	
Primeira Divisão Administração Geral	
1ª. Seção Secretaria	Protocolo, correspondência, expedição de instruções, folhas de pagamento e demais registros de pessoal, arquivo geral
2ª. Seção Almoxarifado	Comprovantes de entrega, estocagem, distribuição e revenda dos materiais
3ª. Seção Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico	Fotos, álbuns, cópias heliográficas, relatórios com dados meteorológicos
Segunda Divisão Contabilidade	
1ª. Seção Escrituração Geral	Escritura de receita e despesa, livros-caixa
2ª. Seção Tesouraria	Documentos de receita e despesa
3ª. Seção Tombamento	Documentos probatórios do direito de propriedade do Estado sobre bens imóveis, lotes urbanos e suburbanos, escrituras públicas, contratos de arrendamento, venda e outros
Terceira Divisão Escritório Técnico	
1ª. Seção Cálculos	Orçamentos, planilhas de medições
2ª. Seção Projetos	Redução de desenhos e polígonos, plantas geodésicas, planta geral, memórias
3ª. Seção Arquitetura	Projetos, desenhos, relatórios técnicos, cópia em papel-tela
Quarta Divisão Estudos e Preparo do Solo	
1ª. Seção Geodésia	Redes de triangulação, tabelas de altitude
2ª. Seção Topografia	Plantas cadastrais e topográficas
Quinta Divisão Estudos e Preparo do Subsolo	
1ª. Seção Abastecimento de Água	Projetos e plantas de redes de abastecimento de água
2ª. Seção Esgotos, Águas Pluviais	Projetos e plantas de redes de esgoto e canalização de águas pluviais
Sexta Divisão Viação, Edificações e Eletricidade	
1ª. Seção Viação, Eletricidade	Estudos, projetos de viação férrea e urbana
2ª. Seção Edificações	Execução de obras

Fonte: COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Instruções Regulamentares...* 1894.

Notas |

1. Ver FERREZ, Helena D.; BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Coordenadoria de Acervos Museológicos, 1987. 2 v.

2. Decreto Estadual n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, complemento à Lei n. 3.

3. A produção dos documentos que hoje identificamos como Comissão Construtora da Nova Capital foi iniciada ainda antes de sua existência, com a criação da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para Nova Capital (CELINC). Essa comissão, também liderada pelo engenheiro Aarão Reis, antecedeu a CCNC no tocante à definição do sítio para implantação do projeto da nova capital, tendo para isso produzido muitos estudos que geraram documentação técnica, textual e cartográfica. A CELINC pode ser considerada como uma primeira fase da Comissão Construtora.

4. COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Instruções Regula-mentares para a execução dos serviços e trabalhos a cargo das 3º, 4º, 5º e 6º Divisões Técnicas*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

5. PARRELA, Ivana D.; LOPASSO, Eise Ferraz. Os acervos sobre edificações da cidade de Belo Horizonte histórico do recolhimento e perspectivas de tratamento. *VI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. Campos do Jordão, 17 a 20 de outubro de 2005.

6. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. *Vastos subúrbios da nova capital*: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 90.

7. Esse acervo, composto de cerca de 270 plantas de desapropriações, encontra-se hoje no APCBH.

8. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Belo Horizonte, set. 1911. p. 21. A biblioteca era presidida pelo engenheiro-chefe Aarão Reis. O núcleo original dos livros foi reunido a partir das doações dos próprios funcionários. O projeto incluía um museu anexo à biblioteca.

9. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Belo Horizonte, 1911. p. 23-24.

10. PARRELA, Ivana. *Arquivo, gestão de documentos e memória da cidade*. In: ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2003. Belo Horizonte, 2004.

11. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles*. Belo Horizonte, 1912. p. 7.

12. *Ibidem*, p. 7-8.

13. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos*. Belo Horizonte, 1924. p. 125.

14. *Ibidem*, p. 144.

15. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório de 1937 apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte Octacílio Negrão de Lima*. Belo Horizonte, [193-]. p. 33.

16. *Ibidem*, p. 13-14.

17. Catálogo da Exposição *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte, 2003. p. 9.

18. *Ibidem*, p. 9.

19. Tendo já publicado os dois volumes de sua monumental obra *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva* (1996), é certo que Barreto já conhecia a fundo a documentação e carregou para a atividade tanto no Arquivo Geral como na montagem do museu os recortes cronológicos e temáticos com que trabalhou na construção de seu livro.

20. Um gesto exemplar dessa escolha foi a cópia feita por um funcionário do Arquivo Geral em 1938 e entregue a Barreto como *documento preciosíssimo*: o registro de uma correspondência de Aarão Reis de 1894 a uma autoridade argentina solicitando documentos textuais e cartográficos relativos às cidades planejadas daquele país, carta essa que seria, muitas décadas depois, motivo de debate pela historiografia da cidade (AGUIAR. *Vastos subúrbios da nova capital*, p. 107).

21. Diz o regulamento do Museu Histórico de Belo Horizonte, que livros, objetos e outros documentos existentes em “qualquer dependência da Prefeitura da Capital” seriam transferidos quando “julgados convenientes ao Museu, a juízo do Diretor, com autorização do Prefeito” (*MHAB: 60 anos de história*, p. 15.)

22. PARRELA. *Arquivo, gestão de documentos e memória da cidade*.

23. Nos anos de 1960, os serviços no setor de saneamento – abastecimento de água e esgotamento sanitário – passam paulatinamente para o governo estadual, culminando em 1973 com a transferência dos serviços à Comag, órgão estadual que em 1974 passa a denominar-se Copasa, juntamente com “todos os bens direta ou indiretamente ligados ao setor”. Não teriam sido então transferidos os documentos da CCNC hoje depositados no arquivo da Copasa? Cf. SANEAMENTO básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 213-214.

24. Alguns documentos, como a Planta Geral da Cidade de Minas, chegaram a ter tiragem de 10.000 exemplares.

Maria do Carmo Andrade Gomes é mestre em Ciência da Informação e doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte desde 2005.

Edilane Maria de Almeida Carneiro é graduada em História pela UFMG. Foi Superintendente do Arquivo Público Mineiro no período de 1999 a 2005. É diretora de Planejamento e Projetos Culturais da Fundação Municipal de Cultura.

Thaís Velloso Cougo Pimentel é diretora do Museu Histórico Abílio Barreto desde 2001. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), é também professora-adjunta do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

188 | Revista do Arquivo Público Mineiro | Arquivística

Maria do Carmo Andrade Gomes, Edilane Maria de Almeida Carneiro e Thaís Velloso Cougo Pimentel | Uma experiência interinstitucional | 189